

**De:** gdp.centro@icnf.pt  
**Enviado:** 4 de maio de 2022 09:43  
**Para:** geral@camg.pt  
**Assunto:** [RUBUS] - Resposta ao pedido realização do evento "Rallye de Alvaiázere" - 7 Maio 2022  
**Anexos:** of\_S\_018435\_2022\_Resposta pedido realizacao evento\_Rallye de Alvaiazere\_7 Maio 2022\_signed.pdf

Se não consegue ver este email. Clique [aqui](#).



Exm<sup>as</sup> Senhores,

Por solicitação da Senhora Diretora do  
Departamento Regional da Conservação da  
Natureza e Biodiversidade do Centro, Dr<sup>a</sup>  
Anabela Simões, envio ofício S-018435/2022,  
sobre o assunto em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

Margarida Vilela  
Assistente técnico  
Instituto da Conservação da Natureza e das  
Florestas, IP  
Direção Regional da Conservação da  
Natureza e Florestas do Centro  
DRCNB  
Mata Nacional do Choupal, 3000-611  
Coimbra  
T: +351 239007260  
[www.icnf.pt](http://www.icnf.pt)

Cordialmente,  
A equipa RUBUS@ICNF

#ICNFSOMOSNOS

Centro  
 Mata Nacional do Choupal,  
 3000-611 COIMBRA

Ao  
 Clube Automóvel da Marinha Grande

 [www.icnf.pt](http://www.icnf.pt) | [rubus.icnf.pt](http://rubus.icnf.pt)  
 [gdp.centro@icnf.pt](mailto:gdp.centro@icnf.pt)  
 239007260

[geral@camg.pt](mailto:geral@camg.pt)

A/c Paula Guerra

vossa referência <i>your reference</i>	nossa referência <i>our reference</i>	nosso processo <i>our process</i>	Data <i>Date</i>
	S-018435/2022	P-015191/2022	2022-05-03
Assunto <i>subject</i>	Resposta ao pedido realização do evento "Rallye de Alvaiázere" - 7 Maio 2022		

Ex.<sup>mo(a)</sup> senhor(a),

No seguimento do Vosso pedido de emissão de parecer à realização do evento desportivo denominado "Rallye de Alvaiázere", conforme mensagens de correio eletrónico do dia 06 de abril de 2022 e dos esclarecimentos adicionais remetidos no dia 12 de abril de 2022, o parecer do ICNF, IP consta da tabela abaixo.

<b>Nome da atividade</b>	"Rallye de Alvaiázere"
<b>Entidade</b>	Clube Automóvel da Marinha Grande
<b>Registo Nacional de Agente de Animação Turística (RNAAT)</b>	
<b>Descrição sumária da atividade</b>	<p>Pretende desenvolver evento denominado "Rallye de Alvaiázere", que consiste em prova de automobilismo, com veículos motorizados do tipo rali", a decorrer em Alvaiázere".</p> <p>"Número previsto de participantes 30 atletas".</p> <p>Programa:          14:30 – Partida do Rali 1ª – Etapa/1ª Secção; 16:05 - Chegada à 1ª Secção;          16:20 – Partida da 2ª Secção e 18:40 - Chegada à 2ª Secção/ Final do Rali.</p> <p>Refere:          Que não existem zonas destinadas ao público;          "Todos os concorrentes, pelo simples facto da sua inscrição se comprometem a respeitar o Regulamento Particular da Competição";          "A competição será pontuável para o Campeonato Start Centro de Ralis";          A seguinte logística de apoio: meios de segurança: Bombeiros, GNR, Equipas Médicas.</p> <p>Remete Formulário ICNF, percurso "RALLYE ALVAIAZERE 2022 – FINAL" ficheiro vetorial em formato kmz e "Regulamento Particular da Competição".</p>



#### Artigo 11.º

1 - Para assegurar a proteção das espécies de aves previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º e das espécies animais constantes dos anexos B-II e B-IV, é proibido:

- a) Capturar, abater ou deter os espécimes respetivos, qualquer que seja o método utilizado;
- b) Perturbar esses espécimes, nomeadamente durante o período de reprodução, de dependência, de hibernação e de migração, desde que essa perturbação tenha um efeito significativo relativamente aos objetivos do presente diploma;
- c) Destruir, danificar, recolher ou deter os seus ninhos e ovos, mesmo vazios;
- d) Deteriorar ou destruir os locais ou áreas de reprodução e repouso dessas espécies.

#### Artigo 12.º

1 - Para assegurar a proteção das espécies vegetais constantes dos anexos B-II e B-IV, são proibidos:

- a) A colheita, o corte, o desenraizamento ou a destruição das plantas ou partes de plantas no seu meio natural e dentro da sua área de distribuição natural;

B. A realização de atividades nos espaços rurais deve observar as disposições do regime legal do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) publicado pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, alterado pela Declaração de Retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro, quanto ao acesso, à circulação e à permanência de pessoas e bens, bem como ao uso do fogo no interior de áreas submetidas a regime florestal e nas áreas prioritárias de prevenção e segurança, previstas no artigo 42.º,

1.1. Em todos os espaços rurais, nos períodos em que o nível de perigo de incêndio rural seja «muito elevado» ou «máximo», nos termos do artigo 43.º, aplicam-se as restrições ou condicionamentos a seguir enunciados:

- a) É proibido fazer qualquer tipo de lume, tal como fumar ou realizar fogueiras, nos espaços rurais ou nas vias que os delimitam ou os atravessam (alínea a), n.º 1, artigo 66.º e alínea d), n.º 1, artigo 67.º);
- b) Apenas é permitido o uso do fogo, bem como a utilização de equipamentos de queima e de combustão para iluminação e confeção de alimentos, nos parques de lazer e de recreio, ou outros, desde que devidamente infraestruturados para esse efeito e identificados como tal (alínea b), n.º 1, artigo 66.º);





	<ul style="list-style-type: none"><li>E. A circulação, paragem, estacionamento de viaturas e presença de público assistente, devem ser feitas de modo a evitar o pisoteio da vegetação envolvente e a permitir a circulação de outras viaturas, incluindo a passagem de viaturas de emergência.</li><li>F. A organização deve limitar qualquer perturbação, devendo minimizar as atividades geradoras de ruído.</li><li>G. Toda a sinalização (fitas, setas, postos de apoio e controlo ou outros) que haja necessidade de colocar deve ser colocada de forma a não danificar o património e ser retirada integralmente no prazo máximo de 8 dias.</li><li>H. Os participantes na atividade (organização, apoio logístico, e outros agentes relacionados com a sua preparação e realização) deverão ter conhecimento das condicionantes constantes neste parecer e zelar pelo seu cumprimento.</li><li>I. À recolha para local autorizado dos resíduos gerados pela atividade, designadamente nos locais de apoio logístico.</li></ul>
--	--

O presente parecer, não dispensa as necessárias autorizações, licenças ou pareceres das demais entidades com competência no território ou na atividade, estando condicionado ao cumprimento de alertas e/ou avisos emitidos pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Caso se verifiquem contradições legais ou quando deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a emissão deste parecer, este ficará suspenso até que o interessado reponha a situação legal.

Deverão ser respeitadas e acauteladas todas as medidas e recomendações emitidas pelas autoridades portuguesas no contexto da pandemia Covid-19, pelo que, caso venham a ser determinadas medidas excecionais impeditivas da realização da atividade, não poderá a mesma ter lugar.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora do Departamento Regional da Conservação da Natureza e Biodiversidade do Centro

Assinado por: **ANABELA RAMOS SIMÕES**  
Num. de Identificação: 07631556  
Data: 2022.05.03 22:48:34+01'00'

Anabela Ramos Simões